



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

| | |
|-----------------|------------|
| Processo Número | 17013/2024 |
| Data do Início | 12/07/2024 |
| Folha | 07 |
| Rubrica | |

RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO

PROCESSO Nº 17013/2024, Pregão Eletrônico 12/2024

OBJETO: Aquisição de livros paradidáticos para os alunos e professores da Educação Infantil, Fundamental I e II, e EJA.

A empresa **LJS NEGÓCIOS LTDA**, encaminhou a essa especializada impugnação ao edital, onde ataca as cláusulas editalícias que considera imperfeitas.

I - DA TEMPESTIVIDADE

Impugnação ao Edital interposta, com fundamento na Lei 14.133/2021, especificamente no artigo 164:

Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

Por tanto, considerando a data de realização do certame e a data da impugnação interposta, o presente se encontra tempestivo.

II – DAS RAZÕES

Em resumo, a impugnante alega:

- Direcionamento para marca específica;
- Ausência de competitividade.

III – DO MÉRITO

A impugnante alega que a forma como foram compiladas as especificações editalícias tornam impossível a ampla concorrência, visto que o edital encontra-se direcionado à produtos específicos comercializados pela empresa ELO EDITORA, cerceando a possibilidade de participação de outros possíveis licitantes, gerando falsa competição à licitação e todos os decorrentes efeitos nulos.

Dessa forma, vejamos:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

| | |
|-----------------|------------|
| Processo Número | 17013/2024 |
| Data do Início | 12/07/2024 |
| Folha | 08 |
| Rubrica | |

Embora as alegações da impugnante tenham relevância, é necessário que seja feito um juízo de valor por parte da secretaria requisitante, fundamentado através do levantamento realizado no Estudo Técnico Preliminar. Os procedimentos licitatórios tem por finalidade precípua a obtenção da proposta mais vantajosa para a administração. Firme neste norte, a administração deve envidar esforços no sentido de não limitar a participação de competidores nos procedimentos licitatórios, observando neste os princípios que o regem, notadamente o da legalidade insculpido no inciso II do art. 5º da Constituição Federal.

Nos procedimentos licitatórios, além do princípio da isonomia e legalidade, a administração permanece adstrita aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade para adoção dos critérios a serem estabelecidos no EDITAL, necessários ao atendimento do interesse público em busca da melhor proposta e ainda na ampliação da competitividade considerando os mais diversos possíveis interessados.

O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais se manifestou em decisão liminar no sentido de não ser feita exigências excessivas que possam afastar potenciais fornecedores, nos seguintes processos:

“[...] se mostra desarrazoada e excessiva, comprometendo o caráter competitivo do certame, já que contribui para afastar potenciais fornecedores, incapazes de assumir tais obrigações em razão da distância entre suas sedes e o município, privilegiando apenas os fornecedores locais, o que contraria o disposto no inciso I do §1º do art. 3º da Lei nº 8.666/93. (Denúncia nº 862.524 – Relator: Conselheiro Cláudio Couto Terrão, sessão de julgamento para referendo pela Primeira Câmara em 1º/11/2011).

É através da definição clara e precisa do objeto da licitação que se poderá verificar a adequação da proposta ao que a Administração Pública busca contratar. Destaca-se, ainda, que somente assim é que se garante um julgamento objetivo por parte do ente licitante.

Pela lição do ilustre Marçal Justen Filho, temos:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

| | |
|-----------------|------------|
| Processo Número | 17013/2024 |
| Data do Início | 12/07/2024 |
| Folha | 09 |
| Rubrica | |

“(…) o ato convocatório deve descrever o objeto de modo sumário e preciso. A sumariedade não significa que possam ser omitidas do edital (no seu corpo e nos anexos) as informações detalhadas e minuciosas relativamente à futura contratação, de modo que o particular tenha condições de identificar o seu interesse em participar do certame e, mais ainda, elaborar a proposta de acordo com as exigências da Administração.”

Toda licitação deve ser organizada com base na igualdade de oportunidade entre pessoas físicas e/ou jurídicas que tenham interesse em prestar serviços para a Administração Pública. O direcionamento de licitação acontece quando são impostas condições para participar da licitação que não são relevantes para o objeto contratado e que, por vezes, possam privilegiar certa prestadora de serviços.

Obviamente, não são todas as exigências ou distinções que constam no edital que configuram esse tipo de irregularidade. Até mesmo porque, o edital é um documento criado para estipular parâmetros e regras para a participação de pessoas físicas ou jurídicas na concorrência de licitação. E, em se tratando de exceção à regra geral da licitação pública, importante observar que devem ser justificados todos os elementos que entendam seguros e eficazes para a comprovação da exclusividade de forma convincente, sem perder de vista a moralidade, transparência e interesse público, princípios inerentes a todo ato administrativo.

Não obstante, é dever desta especializada salientar que nos autos do processo administrativo em tela, até o momento da elaboração da minuta editalícia, são realizadas diversas análises, dentre elas a pesquisa de mercado, que visa exatamante trazer a realidade de mercado para dentro do processo; a pesquisa supramencionada estabelece valor referência e dá segurança quanto às possíveis exclusividades do produto, ou seja, deve ser garantido que a contratação pretendida não é de caráter exclusivo de determinada empresa.

Entretanto cabe ressaltar que esta CPL não possui a expertise técnica necessária para deliberar a respeito das qualificações técnicas, devendo a secretaria requisitante deliberar a respeito das razões apresentadas.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

| | |
|-----------------|------------|
| Processo Número | 17013/2024 |
| Data do Início | 12/07/2024 |
| Folha | 10 |
| Rubrica | |

IV – DA CONCLUSÃO

Tendo em vista o conteúdo tratar de matéria técnica acompanhado pelo fato desta especializada não possuir a expertise técnica necessária para opinar sobre o tema, entendemos ser de competência da Secretaria Requisitante certificar-se a esse respeito, bem como, caso entenda necessário, adequar o Termo de Referência afim que a licitação alcance a melhor proposta e não fira a competitividade do certame.

Em 22/07/2024

MARIA LÚCIA CARDOSO TRAVASSOS
Mat. 111.813

De acordo

DJALMA ALVES DA SILVA
Pregoeiro